

Vamos limpar Portugal?

desafio a 9 milhões de portugueses



Mário Soares forma Governo



Champalimaud quer voltar e tem ideias

(nas centrais)

Toda a verdade sobre Timor (2)

Que foi, afinal, fazer Melo Antunes a Roma?

(pág. 24)

Autonomia dos Açores

Um problema que vai ser debatido

(pág. 10)

Orçamento do Estado para 1976 Défice de 34 milhões de contos

(pág. 5)

Certina-DS o relógio mais forte do mundo



Procura um relógio em que possa confiar em todas as circunstâncias? Visite um Agente Certina e ele lho revelará: o incomparável Certina-DS.

Certina-DS resiste a choques que nenhum outro relógio poderia suportar. A sua «máquina flutuante» - revolucionário sistema de protecção - assegura precisão e resistência notavelmente superiores às normas usuais de controlo.

Certina-DS uma revelação em elegância, precisão e resistência.

corda manual · corda automática
electrónico C-Tronic · electrónico Quartzo

CERTINA



Jorge Campinos
Ministro de Estado



Henrique de Barros
Ministro de Estado



Medeiros Ferreira
Ministro dos Negócios
Estrangeiros



Manuel Alegre
Secretário de Estado
da Comunicação Social

JÁ há mais de uma semana que, através de várias fontes, têm vindo a público nomes de individualidades que, segundo quem os revela, virão a participar no I Governo definitivo de que o secretário-geral do Partido Socialista, primeiro-ministro indigitado e que hoje deverá tomar posse, se tem vindo a encarregar de formar e para o qual tem desenvolvido uma série de conversações e reuniões com diferentes personalidades.

No nosso caso, por um lado, porque não desejamos, na corrida por uma Informação que peque por falta de objectividade, provocar a desorientação junto do público leitor e, por outro, porque o próprio Mário Soares - segundo sabemos - tem tido algumas hesitações quanto aos elementos que formarão o seu Gabinete, optámos pelo silêncio.

Em face desta realidade e para além do segredo que tem sido mantido (muito embora, como é natural, à nossa Redacção cheguem frequentemente notícias oriundas de canais de que dispomos), considerámos que seria muito mais salutar - e no nosso último número poderíamos já ter adiantado alguns nomes que seriam considerados como seguros - não fazer referência a possíveis futuros membros do Governo até à altura em que estivesse próximo o anúncio oficial dos futuros governantes, como é agora o caso.

Consideramos importante informar que, dos 17 ou 18 ministros que formarão o elenco governativo, mais

de 40 por cento será constituído por chamados independentes. Será o caso, por exemplo, dos pelouros dos Transportes, das Obras Públicas, da Administração Interna e da Justiça.

Por outro lado, o futuro Governo sofrerá uma redução de cerca de 30 por cento em relação às unidades existentes no VI Governo provisório.

A Henrique de Barros e a Jorge Campinos, ambos ministros de Estado, competirá uma tarefa de importância fundamental pois que o primeiro exercerá certo tipo de controlo sobre o sector destinado a Lopes Cardoso, como ministro da Agricultura e Pescas, e o antigo responsável

pelo Comércio Externo passará a ter a seu cargo todos os contactos com o Conselho da Revolução, com a Assembleia da República e com a Comissão Constitucional, para além de outras missões específicas de que Mário Soares o encarregue.

Vem a propósito referir que, como secretário de Estado do Turismo se manterá António Filipe Madeira (dada a necessidade de prosseguir com as estruturas iniciadas - segundo nos foi dito por fonte autorizada).

Manuel Alegre, que ocupará o cargo de secretário de Estado da Comunicação Social, terá como subsecretário João Soares Louro.

O pelouro importante dos Negócios Estrangeiros ficará a cargo de Medeiros Ferreira que, como se sabe,

continua na pág. 8



Adelino da Palma Carlos: «Hoje vive-se num clima de ódio»



(pág. 11)

Senhor Presidente, merece o meu respeito

(Segunda via duma carta a um Presidente. Este, eleito.)

SEI que já não corro riscos escrevendo esta crónica. Embora sem estar em luta (como estive) cumpro o meu dever. Sei que não corro riscos escrevendo directamente ao Presidente da República, porque este, felizmente mudou. Poderia ficar calada, mas acho que estou cumprindo o meu dever.

Dirão alguns que adulo o Presidente. Não importa. Cumpro o meu dever. Dirão outros que sou uma oportunista. Não importa. Mostrei sobejamente que o não era. E cumpro o meu dever.

Merece o meu respeito? É verdade. E de quem é o mérito? Apenas seu. Ao outro, procurei entendê-lo. Sem o conseguir. A si, entendo-o perfeitamente. Não me foi difícil. O Senhor, Senhor Presidente da República também usava lentes escuras. Mas apenas nos olhos. Não as usava na alma. E, apesar de tudo, retirou-as a tempo.

Como disse, não me foi difícil compreendê-lo. Não esbarrei com as lentes escuras que lhe poderiam tapar a alma tapando-lhe os olhos, porque no dia em que o cumprimentei em São Bento, os seus olhos eram transparentes. Como a sua alma. Não esbarrei com as capas que outros usaram para se taparem e destaparem conforme as conveniências, porque o Senhor nunca as usou. Nunca precisou de as deitar fora quando desnecessárias.

De si, senhor Presidente, não se pode dizer que tenha

continua na pág. 9

Vera Lagoa

Moura Guedes (PPD):

«É urgente democratizar a vida local»

VIVE o País um tempo novo. Depois de 25 de Abril de 1974, o povo português já foi chamado por três vezes a cumprir o dever cívico do voto.

Todos os actos eleitorais se revestiram de enorme importância para a vida política nacional. Contudo, brevemente, o eleitorado será, de novo, solicitado a depor nas urnas a sua opção política, agora no campo específico, mas não menos importante, das autarquias locais.

O PPD, como certamente outros partidos, começou já a preparar o próximo acto eleitoral. Razão bastante para o virarmos sobre o assunto, Afonso Moura Guedes, membro do Secretariado e deputado à Assembleia da República por Lisboa.

“O PAÍS” — Como encara o PPD as eleições para as autarquias locais?

Moura Guedes — Era evidente a sensação de mal-estar que, há pouco tempo, se verificava por esse país fora, em relação à situação das autarquias.

Como é sabido, a maior parte das Câmaras Municipais, e grande número das Juntas de Freguesias, foi tomada de assalto, logo após o 25 de Abril, pelo Partido Comunista ou pela camuflagem de circunstância que foi, para esse efeito, o MDP-CDE.

E assim se têm vindo a manter, não obstante os repetidos protestos das populações interessadas, muitas vezes, compelidas a aceitar, indefinidamente, administrações locais integradas por elementos de partidos políticos de escassa, ou até nula, representatividade regional.

Esta situação, dois anos e tal depois do 25 de Abril, constituía um autêntico escândalo, pelo seu carácter flagrantemente antidemocrático.

Há muito tempo que nós, Partido Popular Democrático, a vínhamos a denunciar, com muita veemência e firmeza, exigindo a realização de eleições para as autarquias locais. Como poderá calcular, é, pois, com evidente júbilo que acolhemos o anúncio da realização dessas eleições.

— Que pensa acerca do Decreto-Lei que veio regular as eleições para as Autarquias?

M.G. — Penso que o Decreto-Lei que veio regular as eleições para as autarquias sofre dos efeitos de todos os diplomas legais que têm mais em conta inconfessáveis objectivos político-partidários do que a própria realidade social a que se dirigem, neste caso a realidade dos meios locais e a vontade dos respectivos habitantes.

Se tivesse sido feita uma sondagem prudente às populações (e porque não tê-la feito?) não tenho dúvidas de que estas se teriam manifestado, em elargia maior, contra a adopção do critério da representação proporcional, critério esse que, por escassa margem de votos obteve vencimento no Conselho de Ministros.

Entendo que é perfeitamente absurdo, num concelho ou numa freguesia em que um partido político tem folgada maioria absoluta, impor a composição proporcional dos respectivos órgãos autárquicos, quando, a nível central, se aceita que um partido francamente minoritário forme sozinho governo.

Há aqui uma dualidade evidente de critérios que não as-

sentam em pretensas particularismos da realidade local e que tem uma única explicação: o PS (neste ponto, com o apoio do PC) teve a deliberada preocupação de evitar, a todo o custo, que o PPD traduzisse em facto eleitoral o largo ascendente de que dispõe em grande número, porventura na maior parte, das autarquias do País. O sistema do decreto-lei é uma tentativa para atenuar a manifestação do peso dessa influência política regional.

— Qual a sua opinião sobre o sistema de representação proporcional dos partidos na composição dos órgãos das Autarquias, nomeadamente no que se refere às Câmaras Municipais?

M.G. — Além das críticas já apontadas ao sistema de representação proporcional dos partidos na composição dos órgãos das autarquias, poderá, no que se refere às Câmaras Municipais, acrescentar-se esta outra: a de que, essa proporcionalidade imposta, será, em numerosos casos, uma forma de paralisar muitas acções, diminuindo, acentuadamente, a operatividade de um órgão básico da administração, que, neste momento, se desejaria altamente realizador e eficaz.

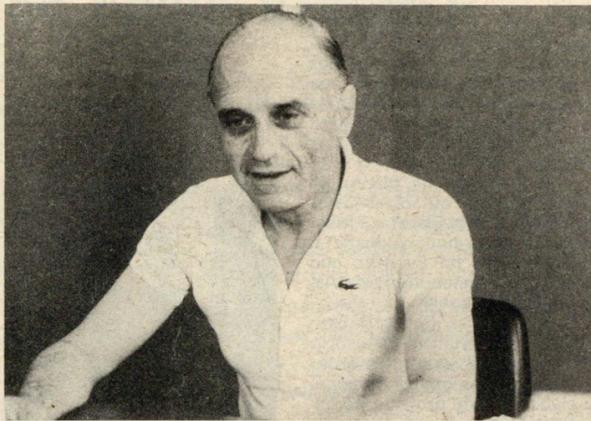
Isto, que é evidente, parece-me ser bastante grave.

— Como antevê a aliança que o CDS vai propor ao PPD com vista às eleições para as Autarquias Locais?

M.G. — Não sei se o CDS irá propor ou não qualquer “aliança” para efeitos de eleições das autarquias locais, tal como afirma quando formula a sua pergunta. Nem, aliás, me parece muito crível que o faça, na medida em que as coligações para este efeito, no sistema do decreto, parecem arredadas, como inviáveis, pelo menos no que se refere às eleições para as Câmaras que, como se sabe, serão disputadas por listas exclusivamente partidárias.

Pessoalmente penso que uma prática de consulta recíproca, ou pelo menos de troca de impressões, a nível local, entre os três partidos democráticos, PS, PPD e CDS, seria útil, aproveitando um certo quebrar de arestas, que resultou da participação desses três partidos na campanha de apoio à candidatura do Presidente da República eleito.

Creio que contactos deste tipo, a nível de cada meio local, poderiam dar bons frutos, permitindo até, dentro do sistema eleitoral agora aprovado, e tendo em conta uma previsão de resultados baseada na força local já revelada por cada um des-



ses partidos, elaborar as respectivas listas por forma a acertar, de certo modo, uma eventual futura equipa equilibrada, e minimamente capaz de funcionar em termos de entendimento pessoal. Não me parece que se possa, nem sequer que seja desejável ir muito para além disto.

— Em que medida poderão as eleições para as Autarquias ser consideradas imprescindíveis para a institucionalização da democracia em Portugal?

M.G. — As eleições das autarquias são absolutamente imprescindíveis à institucionalização da democracia em Portugal.

Antes de mais porque a democracia, pelo menos para nós, Partido Popular Democrático, não é um mero conceito abstracto ou uma simples estrutura jurídica-formal: é uma autêntica maneira de viver. Só existe quando entra no quotidiano das pessoas e chega a todas as camadas da população. Ora é nos quadros da vida local, muitas vezes numa pequena aldeia ou numa pequena vila, que decorre a existência da maior parte dos portugueses. É urgente democratizar essa vida local, em termos de suficiente autonomia e alargada participação, rebentando, de vez, com essa ideia míope de que Portugal é Lisboa. Sem isso nunca haverá autêntica democracia.

Depois, é urgente remover todo esse ferro velho dum aparelho político administrativo que, pela via do golpismo mais despodorado, foi imposto ao País, substituindo-o por estruturas verdadeiramente democráticas, assentes na confiança e na vontade livremente expressa das populações.

Isto porque, para além do seu carácter aberrantemente anti-democrático, essas estruturas “vanguardistas” e artificiais podem sempre funcionar (e não tenhamos dúvidas de que, na prática, funcionarão) como geradores poderosos de concertadas acções de boicote, sabotagem e destabilização permanente, gravíssimas na delicada conjuntura económica e financeira que atravessamos. Sem que isso se faça, não poderá haver governo que governe. E sem governo que governe não poderá haver democracia em Portugal.

— Que papel poderá caber à hipotética “frente” CDS-PPD? Será uma oposição à “santa aliança” PS-PCP que alguns continuam a pensar ser viável?

M.G. — As expressões “santa aliança” e “frente” não pertencem ao número daquelas que mereçam a minha particular simpatia. Parecem-me sempre deslocadas num contexto de verdadeira e saudável democracia pluralista.

Ora nós estamos a dar, felizmente, passos largos e firmes para a institucionalização dessa democracia. A eleição do Presidente da República foi um passo importante nesse sentido. A eleição das autarquias será outro. Isto é que me parece verdadeiramente importante.

Concretamente, quanto à sua pergunta: não, não creio que exista ou seja sequer viável essa tal suposta aliança PS-PCP, com vista à acção concertada de ambos na campanha eleitoral que se anuncia.

Aquela evidente aproximação que, em tempos, existiu entre os dois partidos, ocorreu num período pré-democrático e extremamente confuso da vida política portuguesa que, penso, felizmente se não voltará a repetir.

Os clamorosos erros de orientação central do PCP e o espírito golpista e anti-democrático de que deu sobejas, e gravíssimas, provas isolaram o Partido Comunista e afectaram profundamente a sua credibilidade política. Os resultados das eleições Presidenciais são uma prova disso.

Nestes termos, penso que o PC deixou de ser um aliado desejável para o PS, que cada vez se irá destacando mais dele, não obstante todas as desesperadas tentativas de colagem dos comunistas.

O apoio que o PS terá recebido do PC na aprovação da recente legislação das autarquias, traduz uma mera coincidência circunstancial de interesses — evitar uma larga predominância regional do PPD — e não uma justaposição mais profunda e global das estratégias políticas dos dois partidos.

Se de “frente” for legítimo falar, a única que neste momento me parece possível e desejável será uma “frente de salvação nacional”, constituída pelos três partidos democráticos, PS, PPD e CDS, para consolidação da democracia nascente, relançamento da nossa depauperada economia e salvaguarda da independência nacional. Frente essa que, no interesse de Portugal e dos Portugueses, gostaria de ver traduzida num “governo de salvação nacional”.

Senhor Presidente

continuação da página 1

algunhas. Ninguém lhe chama no Mundo “Monsieur Bouchon” ou “Mister Cork”. Chamar-lhe-ão, sim, aquilo que lhe chamam em Portugal, “O Incorruptível” (que não é uma alcunha), quando aprenderem a tradução e quando o aprenderem a si.

O senhor não é responsável pela miséria, pelo caos, pela tragédia a que chegou este País. Outros o foram. E não estão arrependidos. Bem pelo contrário. Ao despedirem-se, ainda chamaram a atenção para o “equilíbrio”, a forma sacrificada como tinham governado. Como quem põe anúncio, à borla, na TV, na Rádio, jornais, etc., ainda tiveram o desplante de nos ameaçar com a oferta de uma “experiência” de quarenta e cinco anos de “serviço” (!).

O senhor, a 25 de Novembro, ajudou a livrar-nos do caos, da miséria, da tragédia, que foram a herança última dos “bons serviços” do outro. O senhor nunca me chamará contra-revolucionária, porque o senhor sabe que o não sou. Não lhe digo para fazer eleições, porque já se fizeram e viu-se quem o Povo elegeu. De si, senhor Presidente, não tenho dúvidas. E peço-lhe. Não permita que eu torne a duvidar, como duvidei no passado (ainda recente, quase presente). Não permita, porque não se deve matar a esperança e a alma duma mulher que, como eu, já viveu e lutou demasiado.

Só lhe peço, senhor Presidente, que, para continuar a merecer o meu respeito, nunca mais diga “determinado Partido”. Diga, sim, o Partido Comunista. A UDP. O MES. O GIS. A FSP., etc. “Eles” são capazes de tudo. E evitar dizer-lhes os nomes, pode parecer que os receia.

Para que esse respeito se mantenha (e o dos outros portugueses que votaram em si) implica que o Presidente não tema aplicar, de forma equitativa e justa, a expressão real das últimas eleições. Essa equidade exige que, por exemplo, meios de Informação fundamentais, como a RTP e a Radiodifusão; sectores do trabalho, como a Intersindical; o Ensino e certos sectores da Administração pública, pelo menos, não continuem a ser dominados e manipulados por minorias que o Povo já declarou expressamente, por várias vezes, não aceitar. Isto para não ir mais longe e dizer que, se vivemos em democracia, os partidos não democráticos ou deixam realmente de existir ou então aceitam-se todos. De esquerda ou de direita.

Quem escreve é uma mulher de esquerda. Mas democrata.

O senhor foi o Primeiro Presidente da República da minha vida. Quando pequena, imperava Carmona, companheiro de escola de meu pai e a quem meu pai virava a cara na rua, mesmo depois dele ser Presidente. Tive essa herança. Herança que já me proporcionou vários julgamentos (e outros estão para vir), dos quais não me envergonho.

Logo a seguir, veio Craveiro Lopes. A quem faltou, não apenas a tal “posta” do meio, mas uma grande posta de coragem para acabar com a ditadura. Depois? Ora, depois, foram as eleições presidenciais. As pseudo-eleições presidenciais. Todos sabem que trabalhei com o general Delgado. Em eleições limpas, teria ele sido o Presidente. Mas não. Estava o Senhor, Senhor Presidente, destinado a ser o meu primeiro Presidente da República.

Quem veio, pois, a seguir? O Tomás. Ora, o Tomás, foi um dos grandes covetores deste país (não tão grande como o tal “muito feio”). Não tão grande. Mas foi. E, assim, chegámos ao dia em que, em S. Bento, eu chorei de emoção abraçada ao Catanho de Menezes, que me conhece desde a infância, porque ele sabe quanto eu esperei. E desesperei. E assim, chegámos ao dia em que temos um verdadeiro, um autêntico Presidente da República.

O senhor, senhor Presidente, nunca teve “crachats” de ouro da PIDE. (É verdade. Até sei que o outro, o que foi oferecido e aceite, custou, no tempo das coisas baratas, sete mil escudos e picos. Agora vale mais. A vida subiu...) De si, senhor Presidente, sei que, se lho oferecessem, o senhor o não aceitaria.

Não cito passagens de discursos seus, como fiz noutra crónica que, como esta, pretendo evocar, porque a sua vida é limpa e não tem discursos sujos.

Perguntava nessa outra crónica, que me valeu três meses de prisão não remíveis (pena suspensa, bem sei), se, por acaso, havia leis neste país. Agora sei que vai haver. E que faremos tudo para as respeitar. E também sabemos que se forem injustas, como essas da Imprensa que nos têm condenado, como essas do Conselho da Revolução que nos têm acusado, como essa do Ministro da Justiça (último) em que se falava de oito anos de pena, etc., sei que o senhor, senhor Presidente, as mandará revogar. Porque se o senhor é justo, como eu penso que é (Deus o livre de me decepcionar), o senhor mandará fazer justiça. Mas Justiça autêntica. O senhor não vai continuar a consentir que haja homens presos em Caxias porque foram encontrados com armas em seu poder (para efeitos defensivos em épocas difíceis) e que estejam em liberdade os Otelos, os Fernandes, as Isabeis e congéneres. A náusea, senhor Presidente, ainda não acabou. Mas ficou a esperança.

O senhor, quando um dia deixar de ser Presidente, o senhor não vai esmolhar um lugar à sombra de amizades equívocas, “complots” e traições perpetradas durante o seu mandato, um mandato sancionado democraticamente. O senhor irá tranquilamente para casa sem se desesperar em entrevistas póstumas, de quem fica desvairado por abandonar um posto, e seguirá a sua vida, deixando na nossa memória a passagem pela Presidência dum homem digno, justo e bom. Porque a bondade, senhor Presidente, também é indispensável. Não a fraqueza, veja bem. A bondade.

Em Setembro de 1975, eu perguntava ao seu antecessor(?) “qual é o seu ideal, senhor Presidente da República?”

A si, general Eanes, não pergunto nada. Porque sei. Sei que o seu ideal é reconstruir este País, é torná-lo mais digno, é devolver-lhe a Honra.

O senhor é, como lhe disse, o meu primeiro Presidente. Mas por tudo lhe peço que não me desiluda. Isto não é uma ameaça. É apenas uma tentativa de lhe lembrar que, como eu, há muitos que não conhecem senão o amor ou o ódio.

Não deixe que lhe percamos o amor.

Vera Lagoa

Não perder tempo!

LOGO que se tomou conhecimento do resultado das eleições para a Presidência da República — para os mais pessimistas que não terão admitido, mesmo durante a campanha eleitoral, que o general Ramalho Eanes chegaria vitorioso, logo na primeira volta, ao final da contagem dos votos —, estava implícito que seria Mário Soares o indigitado para formar Governo.

O próprio líder do Partido Socialista o sabia, por maioria de razões.

A pergunta que teremos que fazer (e isso poderá constituir, se assim o quiserem qualificar), a primeira crítica que fazemos a um chefe de Governo que começará agora a sua vida política neste lugar) será da razão por que Mário Soares não teria já preparado todo um elenco com

a necessária antecedência, por forma a evitar este interregno que durou entre um Gabinete desmobilizado — o do VI, como é óbvio — e o que entrará em funções nesta fase?

Que, como é evidente, as conversações com os representantes dos partidos políticos representados na Assembleia da República e com os sindicatos — no caso destas últimas serem efectivamente necessárias para a constituição de um Governo — só poderiam ser feitas após a nomeação oficial, do primeiro-ministro que já estava implicitamente indicado, esse é um facto indesejável e que se compreende com a maior facilidade. Mas, como também se entende, a maior parte do elenco poderia ter sido previamente definido, as conversações a ní-

vel partidário deveriam ter existido com grande antecedência e a concretização final poderia ter sido anunciada dentro do limite mínimo que impõem os estatutos.

Ter-se-ia ganho tempo.

Seria uma forma de mostrar que um Governo de Salvação Nacional — como já é chamado — mostraria logo de início, mesmo até antes de existir, que a sua divisa, para além da eficiência de que não pode estar desligado, seria a da rapidez.

Começaria assim com o pé direito.

Daria o exemplo neste País onde a Revolução não conseguiu instituir uma dinâmica operacional (pelo menos no bom sentido) que instigue os portugueses a compreender que só com esforço, com denodo e

com muito sacrifício serão capazes de reconstruir a terra onde nasceram.

Tudo o tempo que perdermos, a formar Governo ou a governar, representará um prejuízo a acumular a muitos outros que já foram debitados no historial da incompetência que perdurou durante dois anos no nosso país.

Motivo bastante, portanto, para não perdermos tempo agora. Para arregaçarmos as mangas e pormo-nos a trabalhar, todos — no Governo ou não —, o mais depressa possível.

E teremos que trabalhar bem. Não nos poderemos dar ao luxo de errar, de esquecer, de ser distraídos, de dormir as manhãs na cama.

É que se trata da nossa sobrevivência. Só isso.